

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>CRFB/88 - Art. 23, incisos VI e VII</u>	É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
<u>CRFB/88 - Art. 129, inciso III.</u>	São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
<u>Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.</u>	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
<u>Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</u>	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
<u>Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.</u>	Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
<u>Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.</u>	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e dá outras providências.
<u>Lei no 6.902, de 27 de abril de 1981.</u>	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Lei nº 2318, de 22 de setembro de 1994.</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar a Reserva Ecológica de Ilha Grande, nos seguintes termos.
<u>Lei nº 2195, de 17 de dezembro de 1993.</u>	Institui a Área de Proteção Ambiental - APA - da Ilha do Camembê, na Baía de Guanabara, no município do Rio de Janeiro.
<u>Lei nº 2189, de 5 de dezembro de 1993.</u>	Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental – APA - Tijuca, no município do Rio de Janeiro.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br